

Muitos moradores indignados com as matérias veiculadas pela Rede Globo no programa do “Fantástico”, em que jornalistas, dentro de residências... Com toda a certeza, espaço cedido pelo crime organizado; com toda a certeza, com orientação do crime para tentar flagrar ações de policiais, querendo imputar abuso de autoridade.

E querendo prejudicar ocorrências policiais de troca de tiro ocorridas naquele espaço, que todos nós sabemos que é espaço dominado e controlado pelo crime organizado.

Nós tivemos, nos últimos 28 anos, uma condescendência do governo do estado de São Paulo, que permitiu a evolução e o crescimento de facções criminosas no nosso estado, que permitiu que o crime organizado evoluísse no nosso território nacional, com um enfraquecimento das polícias.

E nós temos, até hoje, medidas que enfraquecem os operadores de Segurança Pública, os policiais militares, civis, técnico-científicos, guardas civis metropolitanos, policiais penais.

E isso faz, sim, fortalecer essas facções. Facções que vão à porta da escola dos seus filhos oferecer drogas - cocaína, crack, maconha e vários outros tipos de droga; que abordam os nossos filhos na porta e nas imediações de barzinhos e outras festas que os nossos jovens frequentam. Criminosos que estão nas ruas.

Como eu disse aqui, um senhor fez o uso da palavra, para todos os que estavam lá no Guarujá, que perdeu a esposa com 38 anos de idade, por conta da bolsa que ela carregava no ombro. Morreu com três tiros no peito, de um criminoso, efetuados por um bandido.

E o povo do estado de São Paulo está cansado de ser vítima de facionas que impoem um medo, que impoem, dentro das comunidades, as suas regras aos trabalhadores e aos moradores de bem.

E digo aqui: muitos dos moradores da cidade do Guarujá nos disseram que não iriam participar daquele movimento por medo do crime organizado, que constantemente envia mensagens dando ordem para que não se manifestem, para que fiquem calados; dando ordem para trabalhadores, para que se manifestem contra as operações das polícias de São Paulo.

No Guarujá, em Santos, em todo o litoral paulista. E é assim que nós sabemos que trabalha o crime organizado em todo o território nacional e no estado de São Paulo.

Hoje nós temos um governador, Tarcísio de Freitas, que está apoiando os policiais. Quando enviou para esta Casa um projeto de lei para a recomposição salarial desses homens e mulheres, no primeiro semestre do seu governo, fato que não ocorria por mais de 50 anos, foi uma sinalização de respeito a esses homens e mulheres, policiais que entregam a sua vida defendendo o povo de São Paulo.

É um desafio para o governador, é um desafio para o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, é um desafio para os comandantes das polícias reconstruírem as nossas forças policiais, que foram desconstruídas ao longo de 28 anos.

Mas nós estamos aqui para trabalhar por essa reconstrução, principalmente pela segurança jurídica dos nossos policiais, por uma assistência jurídica digna e por conta do estado a esses homens e mulheres.

Porque nós vemos aqui os partidos de esquerda já criminalizar e condenar os nossos policiais que participaram de ocorrências legítimas, que participaram defendendo a sua vida e defendendo o povo do estado de São Paulo e o povo da cidade do Guarujá, mas os partidos de esquerda, muitas forças que dizem ser de direitos humanos querem condenar antecipadamente os nossos policiais. E o policial precisa, sim, de assistência jurídica gratuita e precisa de segurança jurídica para defender o povo de São Paulo.

Nós estamos aqui trabalhando e continuaremos nessa batalha pela Segurança Pública do estado de São Paulo, porque não é justo o nosso estado permanecer nas mãos de criminosos, de bandidos que, inclusive, durante a campanha, nós constatamos isso.

Morador falar para mim: “Major, eu não posso colocar na porta da minha casa ou oferecer para o meu vizinho um santinho do senhor porque lá é proibido, porque o senhor é policial, o senhor combate o crime e defende o cidadão de bem.”, que é algo a ser apurado pelas autoridades eleitorais deste estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Major Mecca. Encerrando, então, o Grande Expediente e não havendo oradores inscritos, estão suspensos os nossos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

- Suspensa às 16 horas e 02 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 34 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há sobre a mesa o requerimento da nobre deputada Thainara Faria, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar da celebração do aniversário da cidade de Araraquara, a realizar-se no dia 22 de agosto do corrente ano.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento da nobre deputada Beth Sahão, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar de audiências com os respectivos ministros de estado dos Ministérios de Ciência e Tecnologia; Saúde e Educação, a realizar-se em Brasília, no período de 21 a 23 de agosto do corrente ano, sem ônus para este poder.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa o requerimento da nobre deputada Professora Bebel, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do 4º Encontro Nacional de Procuradoras da Mulher, a realizar-se em Brasília, no dia 22 de agosto do corrente ano, a ser custeado via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente. Havendo acordo entre as lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 36 minutos.

22 DE AGOSTO DE 2023

27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: GERSON PESSOA, DR. EDUARDO NÓBREGA, CARLOS CEZAR e ALEX MADUREIRA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão.

2 - ENIO TATTO

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Parabeniza o deputado Enio Tatto. Coloca em discussão o PL 752/21.

4 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute o PL 752/21.

5 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Solicita verificação de presença.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado o quórum.

7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Recebe a questão de ordem, para dar resposta em momento oportuno.

9 - ANA PERUGINI

Discute o PL 752/21 (aparteada pelo deputado Luiz Claudio Marcolino).

10 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 752/21.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita verificação de presença.

12 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado o quórum.

13 - DR. JORGE DO CARMO

Discute o PL 752/21.

14 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Anuncia a presença de autoridades da província Mie, localizada no Japão, a convite do deputado Marcio Nakashima.

15 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

16 - EMÍDIO DE SOUZA

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - CAIO FRANÇA

Discute o PL 752/21.

18 - PAULO MANSUR

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - SIMÃO PEDRO

Discute o PL 752/21.

20 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Suspende a sessão, por cinco minutos, por conveniência da ordem, às 18h40min, reabrindo-a às 18h44min.

21 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, faz pronunciamento.

22 - CARLOS CEZAR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Anota o pedido.

24 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para comunicação, faz pronunciamento.

25 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

26 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido do deputado Carlos Cezar. Desconvoca sessão extraordinária anteriormente convocada para dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 752, de 2021, de autoria do Tribunal de Justiça. Para discutir a favor, com a palavra...

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Cabe uma comunicação nesse momento?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL – Sim, cabe. Antes de V. Exa. discutir a favor, dois minutos para uma comunicação.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu queria informar que eu saí de uma reunião agora, na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o secretário Vahan Agopyan, e também com a superintendente e diretora do Centro Paula Souza, Sra. Laura Laganá.

Estou falando isso porque V. Exa. também interferiu e ajudou num pedido dos professores do CPS, o Centro Paula Souza, que pediram esse contato, essa reunião, já que eles estavam em estado de greve. Eles suspenderam a greve também por conta dessa reunião.

Então, está ocorrendo a reunião, tive que sair antes. E agradecer a V. Exa., e agradecer também pela rapidez de marcar essa reunião. Não é possível que o secretário não atenda um movimento para conversar, abrir esse diálogo.

Esse diálogo foi aberto graças a essa intervenção da Assembleia Legislativa, desse deputado, deputado Gilmaci, líder do Governo também, e Vossa Excelência.

Então, eles ficaram lá conversando. Isso é muito bom, quando se abre diálogo para resolver os problemas de duas entidades tão importantes para o estado de São Paulo, para toda a população, que são as Etecs e as Fatecs, do Centro Paula Souza.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Parabéns, deputado Enio Tatto. Vossa Excelência se empenhou muito por essa audiência no dia de hoje, para tentar buscar uma solução, por questão da greve do Centro Paula Souza, tanto das Etecs quanto das Fatecs. Nós sabemos o patrimônio que são as Etecs e as Fatecs no estado de São Paulo para a formação dos nossos profissionais para o mercado de trabalho.

Então tenha sempre o compromisso deste presidente, buscar sempre o diálogo com os órgãos competentes - no caso o secretário de Ciência e Tecnologia - para buscar uma solução para paralisar a greve e voltarmos às aulas dos alunos que necessitam tanto de capacitação profissional para enfrentar o mercado de trabalho.

Com a palavra agora o deputado Enio Tatto, para discutir a favor.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, eu queria passar o meu tempo ao deputado Luiz Carlos Marcolino.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Com a palavra, então, o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. ENIO TATTO - PT - Luiz Claudio Marcolino. É pouco tempo que eu convivo com ele, a gente se atrapalha no nome.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É, mas então, agora, considerando Luiz Claudio Marcolino para discutir a favor do projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Agradeço ao nobre deputado Enio Tatto pela cessão do tempo. Então, saudando os Srs. Deputados, as Sras Deputadas, os funcionários e as funcionárias da Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, o Projeto de lei nº 752, de 2021, ora debatido aqui na Assembleia, é um projeto que já vem causando polêmicas no estado de São Paulo.

Já faz pelo menos dois anos que o projeto começou a tramitar, em 2021. Nós estamos agora em 2023 e só na semana passada, nobre deputado Bragato, que conseguimos efetivamente fazer uma audiência pública com o Tribunal de Justiça, com a OAB, com diversas entidades clássicas hoje que representam os advogados no estado de São Paulo, para poder dialogar com a sociedade um pouco mais sobre esse projeto.

E a audiência pública, nós já tentamos, por diversas vezes, nobre deputado Barba, que pudesse ocorrer. E foi com muita insistência das bancadas de oposição da Assembleia Legislativa que essa audiência pública ocorreu na semana passada.

Mas, mesmo assim, depois de muito debate, mesmo na audiência pública, um projeto que ainda não está totalmente amadurecido pela sociedade no estado de São Paulo para ter uma votação.

Muitos deputados aqui na Casa já colocaram a contrariedade, têm muitos deputados que são favoráveis, mas tem uma parcela ainda que entende que esse projeto é um projeto nocivo à população do estado de São Paulo, que não tem interesse de votar nesse projeto.

Então, quanto mais debate se tem na Assembleia Legislativa, mais a gente vai convencendo os pares de que esse projeto não é um projeto bom para o estado de São Paulo.

E quando eu falo, deputado, que não é um projeto bom, nobre deputada Ana Perugini, é porqe, talvez, o debate não está sendo feito de forma correta. Porque nós temos hoje, de fato, algumas demandas do Tribunal de Justiça no estado de São Paulo que não vêm sendo, pelo menos, analisadas por parte do governo do estado de São Paulo, para ter um olhar direcionado para o Judiciário do nosso Estado.

E aí, quando o Tribunal de Justiça vem e traz um projeto de taxas em uma expectativa de ajudar a recompor o orçamento do Tribunal de Justiça, o debate está errado. Porque o debate que deveria ser feito é: qual a necessidade, quanto recurso é necessário para o orçamento da Justiça no estado de São Paulo para atender o conjunto das demandas?

E a gente olha aqui alguns dados - eu peguei aqui a partir da bancada do Partido dos Trabalhadores. Nós vemos alguns levantamentos sobre as necessidades que o Tribunal de Justiça apontou nos últimos anos.

Em 2021, o Tribunal de Justiça apresenta como necessidade para a estruturação das ações do Tribunal de Justiça... Inclusive, essa semana nas audiências do Orçamento, nobre deputado Jorge do Carmo, estivemos em Mirandópolis.

O Tribunal de Justiça construiu um fórum lá em Mirandópolis que custou em torno de 10 milhões de reais, e hoje o pessoal coloca a necessidade desse prédio entrar em funcionamento. Quer dizer, se utilizou de 10 milhões de reais, o fórum está em funcionamento, está lá construído, mas ainda não está em funcionamento.

Porque, de fato, há uma necessidade de recursos para o Tribunal de Justiça, para a garantia da conclusão dos fóruns, da estruturação das comarcas. É importante que se tenha uma estrutura de um quadro funcional do Tribunal de Justiça bem estruturado, bem amparado tecnicamente, tecnologicamente.

Então, quando o Tribunal de Justiça apresenta para o Governo do Estado de São Paulo recursos, e, muitas vezes, o Governo do Estado de São Paulo não passa esses recursos para o Tribunal de Justiça, vai se criando um vácuo. E, vem projetos como esse, que foi apresentado em 2021, que acabam penalizando a população do estado de São Paulo.

Então, nós temos que trazer para esta Casa o debate correto, do recurso necessário no Orçamento do Estado, para que o Tribunal de Justiça possa ter o seu funcionamento.

Levantando os dados de 2021, inclusive, é o ano em que esse projeto começou a tramitar aqui na Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça solicitou ao Governo do Estado de São Paulo a Lei Orçamentária Anual para que fosse apreciado um montante de 18 milhões 967 reais e 85 reais. Então, 18 milhões e 900 que foi o solicitado. Na prática, o que entrou... Na verdade, aqui não tá falando em milhões, são 18 bilhões de reais.

O que foi aprovado, nobre deputada Ana Perugini, foram 12 bilhões de reais. Nós estamos falando do Orçamento do Estado de 317 bilhões - é o Orçamento do estado de São Paulo no ano de 2023, nobre deputada Paula.

Então, o que foi solicitado pelo Tribunal de Justiça foram 18 bilhões e 900, e o governador em exercício nesse momento, que era o Doria, em 2021, liberou apenas 12 bilhões e 358 milhões de reais.

Então, nós estamos falando, nobre deputado Barba, de 6 bilhões e 600 mil a menos do que o Tribunal de Justiça tinha proposto ao Governo do Estado de São Paulo. Então, quando vem o Tribunal de Justiça, mesmo em 2021, quando propõe um valor para o TJ e o governo estadual aporta um valor menor, então, ele apresenta um valor de cobrança de taxas no projeto de 2021... Demonstra que de fato tem um problema de interlocução.

Se o TJ está avaliando, nobre deputado Barba, que essa recomposição da taxa é para garantir recursos para o Tribunal de Justiça, eles solicitaram um valor de 18 bilhões e 900 milhões, e o governador aportou apenas 12 bilhões e 300 milhões. Isso segue nos anos seguintes.

Se a gente olhar no ano de 2022, o Tribunal de Justiça solicitou ao Governo do Estado de São Paulo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento anual, na LOA, 19 bilhões e 900 milhões de reais. Mais uma vez, o Governo do Estado de São Paulo aportou 13 bilhões e 500 milhões para o exercício de 2022.

Estou chamando atenção a esses números, até chamando atenção também para um diálogo com o Tribunal de Justiça, um diálogo com a OAB, um diálogo com a Defensoria e um diálogo com os pares desta Casa, porque ainda há tempo desse projeto ser retirado de votação, desse projeto não ter que passar por um processo de votação na Assembleia Legislativa.

Que a gente faça um debate com o Governo do Estado de São Paulo, que façamos um debate com os 94 deputados da Assembleia Legislativa, que possamos discutir, nobre deputado Caio França, uma recomposição do Orçamento do Tribunal de Justiça.

Se é essa a alegação que o Tribunal tem, que falta recurso para fechar o Orçamento anual, que possa ser feita uma recomposição do Orçamento do Tribunal de Justiça, dialogando com o Governo do Estado de São Paulo, dialogando com as secretarias, dialogando com os 94 deputados da nossa Assembleia Legislativa, para garantir essa recomposição.

A gente começa a perceber, nobre deputado Dr. Jorge do Carmo, que eu coloquei aqui dois anos: coloquei de 2021 e 2022, de 2023 também não foi diferente. Se a gente olhar em 2023, o Tribunal de Justiça solicitou na Lei Orçamentária Anual um valor de 21 bilhões e 300 milhões de reais. Foi aprovado no Orçamento de 2023, nobre deputada Ana Perugini, que está circulando agora, está em execução, apenas 15 bilhões e 500 milhões de reais.

Então, é o mesmo cálculo, é o mesmo raciocínio. Três anos consecutivos, o Tribunal de Justiça tem apresentado na Lei Orçamentária Anual um valor necessário para a gestão do Tribunal de Justiça no estado de São Paulo. E nos três anos em que eu apresentei, em todos os anos, o Governo do Estado de São Paulo apresenta, na LOA, um valor menor do que o menor valor apresentado.

Então, quando a gente olha aqui, no total desses três anos, de 2021, 2022 e 2023, o Tribunal de Justiça solicitou 60 bilhões e 281 milhões em três anos. E foram aprovados apenas 41 bilhões e 415 milhões. Houve a variação de quase 20 bilhões de reais a menos do que era a necessidade do Tribunal de Justiça nesses três anos.

Então, não é a questão das taxas... Do jeito como foi apresentado o Projeto no 752, de 2021, vai trazer prejuízo a boa parcela da população do estado de São Paulo, que precisa do apoio judiciário no nosso Estado. Vai encarecer para os trabalhadores, vai encarecer para a parcela da classe média, vai encarecer para a parcela do setor empresarial do nosso Estado.

Então, nós teremos um prejuízo imensurável se esse projeto for aprovado. Pedimos aqui para que o presidente da Assembleia Legislativa, nobre deputado André do Prado, possa, a partir desses dados aqui apresentados... Que possamos fazer um diálogo com o governador do estado de São Paulo, uma conversa com o Tribunal de Justiça; que ele possa pedir a retirada desse projeto que ora nós estamos discutindo.

Porque nós percebemos que ainda não tem o acúmulo necessário, nos 94 deputados do estado de São Paulo, para que esse projeto possa ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

Então, eu quero reafirmar que os montantes que foram aqui apresentados, o montante de 41 bilhões de reais que foi aprovado de 2021, 2022, 2023, é insuficiente, pelas necessidades que o Tribunal de Justiça tem e apresenta todos os anos.

E não é diferente, nobre deputado Jorge do Carmo, se compararmos com os anos anteriores, de 2020, 2019, 2018. Sempre o Tribunal de Justiça apresenta e tem apresentado, nobre deputado Barros Munhoz, percentuais para dar conta da necessidade.

E nós sabemos que tem muitas cidades no estado de São Paulo que ainda não têm as comarcas necessárias; nós sabemos que tem fóruns que estão sendo construídos, que ainda não têm sido totalmente estruturados.

Então, é importante que a gente dialogue com a Assembleia Legislativa, junto com o Tribunal de Justiça, e dialogando também com o governador, para que possa ter uma recomposição do orçamento do Judiciário. É esse debate que nós deveríamos estar fazendo hoje aqui na Assembleia Legislativa, não um debate em relação a se aprova ou não o aumento da cobrança de taxas na estrutura do Judiciário paulista hoje.

Não é simplesmente uma mera comparação entre um estado e outro, como o Tribunal de Justiça tem apresentado. O que nós estamos colocando é que o orçamento, hoje, repassado pelo Governo do Estado de São Paulo ao Tribunal de Justiça, é um valor ainda insuficiente.

E, pegando o exercício de 2023, nobre deputada Paula, nós estamos falando, em 2023, de um orçamento pedido, solicitado, de 21 bilhões e trezentos. E foram aportados apenas 15 bilhões de reais para o Tribunal de Justiça.

Então, é esse debate que seria importante, nobre deputado Bragato, que fosse feito nesta Casa de Leis. Porque nós necessitamos da recomposição do Orçamento do estado de São Paulo para o Tribunal de Justiça nesse montante que ora foi apresentado. As demandas são muitas, como eu acabei de dizer. Na cidade de Mirandópolis, tem o fórum que foi estruturado, foi construído com a demanda necessária, não só da cidade de Mirandópolis, mas de toda a região.

E o fórum precisa melhorar a sua acessibilidade, tem que ter ali a sua estrutura física, de pessoal, de modernização. Mas só consegue fazer uma estrutura judiciária que possa atender à necessidade da população se tiver recurso. E o Governo do Estado de São Paulo não tem feito a sua parte. São três anos consecutivos - pegando os anos recentes, 2021, 2022 e 2023 - em que não foram repassados os valores corretamente.

Se a gente olhar os anos anteriores, 2014... E depois eu vou aprofundar mais esses dados. Em 2014, foram orçados, nobre deputado Jorge do Carmo, apenas oito bilhões de reais. Em 2015, apenas nove bilhões e 400 milhões de reais.

Então nós vamos aprofundar, daqui a pouco, os dados do que foi orçado e do que foi empenhado. Mas nós vamos percebendo que os valores que o Tribunal de Justiça solicitou ao Governo do Estado de São Paulo na Lei Orçamentária, nos últimos anos, todos os anos os valores percentuais foram abaixo, foram abaixo do que o Tribunal de Justiça solicitou. Então o debate que nós temos que fazer, nesta Casa de Leis, não é em relação à questão das taxas.

Então seria importante que o Tribunal de Justiça dialogasse com o Governo do Estado de São Paulo, com o nosso presidente, André do Prado, e que esse projeto fosse retirado da pauta, para que a gente pudesse, nesta Casa de Leis, debater a recomposição do orçamento do Tribunal de Justiça.

Esse deveria o melhor caminho, nobre deputada Ana Perugini, fazer uma recomposição do orçamento do TJ, assim nós teríamos necessidade de fazer um debate como esse, que é o das taxas - Projeto nº 752, de 2021.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir contra, a deputada Ana Perugini.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Eu passo minha palavra para o deputado Marcolino.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Ana Perugini, o deputado Luiz Claudio Marcolino já falou a favor, então ele não pode falar contra.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas o deputado pode fazer a cessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Ou a favor, ou contra, Luiz Claudio Marcolino. Vossa Excelência já falou a favor.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pelo Regimento, o deputado pode fazer a cessão de tempo com outro deputado?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pode cessão de tempo,